

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Janete da Silva Brito

**USO DE BENZODIAZEPÍNICOS ENTRE POLICIAIS MILITARES: PADRÕES DE PRESCRIÇÃO,
AUTOMEDICAÇÃO E RISCOS FUNCIONAIS.**

Artigo apresentado à Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador(a): Prof.(a) Alexandre de Rezende Pinto.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, JANETE DA SILVA BRITO, acadêmica do Curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número XXXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado USO DE BENZODIAZEPÍNICOS ENTRE POLICIAIS MILITARES: PADRÕES DE PRESCRIÇÃO, AUTOMEDICAÇÃO E RISCOS FUNCIONAIS, desenvolvido durante o período de 27 de fevereiro de 2026 a 10 de abril de sob a orientação do Professor Alexandre de Rezende Pinto, na condição de membro do quadro docente do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, disponibilizo-me, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026

JANETE DA SILVA BRITO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (X) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

USO DE BENZODIAZEPÍNICOS ENTRE POLICIAIS MILITARES: PADRÕES DE PRESCRIÇÃO, AUTOMEDICAÇÃO E RISCOS FUNCIONAIS.

Janete da Silva Brito¹¹

RESUMO

O uso de benzodiazepínicos tem se ampliado significativamente nas últimas décadas, sendo frequentemente associado ao tratamento de transtornos de ansiedade e distúrbios do sono. No contexto ocupacional, policiais militares constituem um grupo vulnerável ao uso dessas substâncias, em virtude das condições de trabalho marcadas por estresse crônico, exposição à violência e alta exigência emocional. Este artigo analisa os padrões de consumo de benzodiazepínicos (BZDs) entre policiais militares do estado de Goiás e os riscos ocupacionais decorrentes desse uso. A fundamentação metodológica baseia-se em dois eixos: a análise de 100 receituários de controle especial (Lista B1) da Farmácia da Fundação Tiradentes (2011) e um levantamento toxicológico retrospectivo (2016–2021) realizado em hospital militar, que submeteu 632 amostras de urina a testes imunocromatográficos. Os resultados do estudo de prescrição indicam a predominância absoluta do Clonazepam (54%). Embora os homens compoñham a maioria absoluta dos usuários, o risco epidemiológico é cinco vezes maior entre o efetivo feminino (proporção de 0,03 contra 0,006). Observou-se que 48% dos usuários possuem entre 21 e 30 anos de serviço, com média de idade de 47,03 anos. O levantamento toxicológico confirmou a persistência dos BZDs como a classe de maior detecção entre as amostras positivas (14 de 28 casos). Conclui-se que o uso crônico e a automedicação funcionam como mecanismos de coping frente ao esgotamento emocional, gerando riscos funcionais severos, como o comprometimento psicomotor no manejo de armas de fogo e na condução de viaturas.

PALAVRAS-CHAVE: benzodiazepínicos; policiais militares; automedicação; saúde mental; riscos ocupacionais.

1. INTRODUÇÃO

A atividade policial militar é amplamente reconhecida como uma das ocupações de maior desgaste biopsicossocial, exigindo do profissional não apenas preparo técnico, mas também elevada capacidade de regulação emocional diante de contextos adversos e, frequentemente, extremos. Trata-se de uma função marcada pela responsabilidade direta pela manutenção da ordem pública, pela exposição contínua ao risco iminente de morte e pelo contato recorrente com situações de violência, sofrimento humano e imprevisibilidade (MINAYO; SOUZA, 2003). A esses fatores somam-se jornadas extensas, escalas irregulares e a necessidade de vigilância constante, elementos que desorganizam o ciclo circadiano e mantêm o indivíduo em estado permanente de hipervigilância, favorecendo o adoecimento físico e mental ao longo do tempo.

Nesse contexto, os policiais militares encontram-se expostos a múltiplos fatores de risco psicossocial, tais como pressão institucional, cobrança por desempenho, baixa previsibilidade das rotinas e limitação de espaços para expressão emocional. Essas condições contribuem significativamente para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, como ansiedade, depressão e distúrbios do sono, os quais, quando não adequadamente manejados, impactam diretamente a qualidade de vida e o desempenho profissional (AMORIM NETO, 2019).

Diante da necessidade de manter o equilíbrio emocional e a funcionalidade operacional, muitos desses profissionais recorrem a estratégias de enfrentamento centradas no uso de psicotrópicos, especialmente os benzodiazepínicos. Esses medicamentos, classificados como substâncias da lista B1, possuem propriedades ansiolíticas, sedativas e hipnóticas, sendo amplamente prescritos para o tratamento de ansiedade e insônia. No entanto, inseridos em um cenário nacional no qual o Brasil figura entre os maiores consumidores mundiais de

¹¹ Discente da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista. Orientador: Prof. Alexandre de Rezende Pinto.

ansiolíticos, seu uso no contexto das forças de segurança pública frequentemente ultrapassa a indicação terapêutica, assumindo um caráter paliativo frente às condições estruturais adversas do trabalho policial.

Paralelamente à prescrição médica, observa-se a presença significativa da automedicação como prática recorrente entre policiais militares, impulsionada tanto pelo acesso facilitado a esses fármacos quanto pela busca por alívio imediato de sintomas emocionais. Tal prática representa um importante fator de risco, uma vez que o uso de benzodiazepínicos sem acompanhamento profissional adequado pode levar a dosagens inadequadas, interações medicamentosas, desenvolvimento de tolerância e dependência, além do agravamento de quadros clínicos subjacentes (SCHMIDT et al., 2021).

Adicionalmente, o uso contínuo dessas substâncias está associado a prejuízos cognitivos relevantes, incluindo redução da atenção, comprometimento da memória, lentificação psicomotora e alterações na capacidade de julgamento e tomada de decisão. Esses efeitos são particularmente preocupantes no contexto policial, no qual as atividades demandam respostas rápidas, precisas e seguras, frequentemente em situações de alta complexidade e risco. Assim, o uso de benzodiazepínicos, devido aos seus efeitos sedativos e cognitivos, pode comprometer a atuação profissional e a segurança pública, conforme discutido na literatura sobre saúde mental e desempenho policial.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender não apenas a prevalência do uso desses medicamentos, mas também os padrões de prescrição, as práticas de automedicação e os riscos funcionais associados. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o uso de benzodiazepínicos entre policiais militares do Estado de Goiás, articulando dados de prescrição e evidências toxicológicas, a fim de discutir os impactos desse fenômeno na saúde dos profissionais e na qualidade do serviço prestado à sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um estudo observacional, retrospectivo e de natureza documental, desenvolvido a partir da análise secundária de dados oriundos de dois estudos previamente realizados. A escolha por esse delineamento metodológico justifica-se, sobretudo, pela escassez de produções científicas nacionais recentes, especialmente nos últimos cinco anos que abordem de forma específica o uso de benzodiazepínicos no contexto da atividade policial militar, o que evidencia uma lacuna importante na literatura e reforça a relevância desta análise.

A investigação baseou-se, inicialmente, no estudo de Laureano (2015), que avaliou padrões de prescrição por meio da análise de 100 receituários de controle especial da lista B1, selecionados aleatoriamente na Farmácia Fundação Tiradentes no Hospital do Policial Militar no município de Goiânia. Foram consideradas apenas prescrições destinadas a policiais militares ativos, inativos ou reformados, sendo excluídos receituários referentes a dependentes ou que apresentassem ilegibilidade, o que contribuiu para maior rigor e consistência na análise dos dados.

Complementarmente, o estudo também se fundamentou na análise secundária dos dados apresentados por Schmidt, et al., 2021, que investigaram a prevalência do uso de drogas de abuso entre policiais militares do Estado de Goiás por meio de exames toxicológicos. Ressalta-se que a presente pesquisa não realizou coleta direta de dados, limitando-se à interpretação dos resultados já produzidos pelos autores. O estudo original analisou 632 amostras de urina, coletadas em unidade hospitalar militar entre os anos de 2016 e 2021, utilizando testes imunocromatográficos para detecção qualitativa de 12 classes de substâncias psicoativas, incluindo benzodiazepínicos, cocaína e maconha.

Dessa forma, a presente investigação articula dados de prescrição medicamentosa com evidências laboratoriais previamente produzidas, possibilitando uma análise mais abrangente sobre o uso de benzodiazepínicos no contexto da atividade policial militar.

Ambos os estudos utilizados como base apresentaram aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Protocolo CEP/HC-UFG nº 174/2011, assegurando o cumprimento dos princípios éticos na condução das pesquisas. No entanto, é importante destacar limitações relevantes relacionadas à qualidade dos dados secundários analisados. Observou-se inconsistência nos registros institucionais, com ausência de informações em variáveis importantes, como idade (29% dos casos) e patente (24%), o que pode impactar a profundidade das análises e a generalização dos achados.

Dessa forma, embora o presente estudo ofereça contribuições relevantes para a compreensão do uso de benzodiazepínicos entre policiais militares, seus resultados devem ser interpretados à luz dessas limitações, reforçando a necessidade de investigações futuras, especialmente estudos de campo mais recentes e com bases de dados mais robustas e padronizadas.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise integrada dos dados evidencia que o uso de psicofármacos, em especial dos benzodiazepínicos, configura-se como uma realidade persistente e estrutural no contexto da corporação policial militar. A convergência entre diferentes períodos e metodologias de investigação reforça a consistência desse fenômeno ao longo do tempo. Enquanto o estudo realizado em 2011 permite compreender os padrões de prescrição e a predominância de determinadas classes farmacológicas com destaque para os benzodiazepínicos como escolha terapêutica recorrente, os dados provenientes das análises toxicológicas realizadas entre 2016 e 2021 confirmam a permanência dessas substâncias no organismo dos servidores, indicando não apenas uso contínuo, mas possivelmente prolongado.

Essa articulação entre dados clínicos e laboratoriais amplia a compreensão do fenômeno, sugerindo que o consumo de benzodiazepínicos transcende intervenções pontuais e assume características de cronicidade. Tal padrão pode estar associado tanto à manutenção de quadros de sofrimento psíquico não resolvidos quanto à ausência de estratégias institucionais eficazes voltadas ao cuidado integral da saúde mental. Além disso, a persistência dessas substâncias em exames toxicológicos levanta a hipótese de uso contínuo, automedicação ou mesmo dificuldade de descontinuação terapêutica, fatores frequentemente relacionados ao desenvolvimento de tolerância e dependência.

Outro ponto relevante refere-se à naturalização do uso de psicotrópicos no ambiente ocupacional policial. A recorrência do consumo, aliada à sua detecção ao longo dos anos, sugere que tais medicamentos têm sido incorporados como parte das estratégias de enfrentamento do estresse ocupacional, em substituição ou na ausência de abordagens psicossociais mais estruturadas. Esse cenário reforça a necessidade de problematizar o modelo vigente de cuidado em saúde mental na corporação, que, ao privilegiar intervenções farmacológicas, pode estar contribuindo para a manutenção de um ciclo de medicalização do sofrimento.

Portanto, os resultados indicam não apenas a presença significativa do uso de benzodiazepínicos, mas também a sua consolidação como prática recorrente entre os policiais militares, o que demanda uma análise crítica das condições institucionais, dos processos de prescrição e das estratégias de acompanhamento desses profissionais ao longo de sua trajetória laboral.

A convergência dos dados demonstra que o uso de psicofármacos é uma realidade crônica na corporação. Enquanto o estudo de 2011 detalha a escolha farmacológica, o levantamento de 2016–2021 revela a persistência da classe no organismo dos servidores.

2.2.1 PREVALÊNCIA POR PRINCÍPIO ATIVO

Princípio Ativo (B1)	Prevalência (%)
Clonazepam	54%
Alprazolam	14%
Bromazepam	13%
Nitrazepam	7%
Cloxazolam	7%
Midazolam	2%
Outros (Diazepam, Flurazepam, Clobazam)	3%

Tabela 1. LAUREANO (2011), adaptado pela autora.

A análise da prevalência de benzodiazepínicos por princípio ativo evidencia um padrão de prescrição fortemente concentrado em determinadas substâncias, com destaque expressivo para o clonazepam. De acordo com os dados apresentados por Laureano (2015), esse fármaco corresponde a 54% do total de prescrições dentro da classe B1, configurando-se como o benzodiazepínico amplamente predominante entre os policiais militares avaliados.

Esse resultado sugere não apenas uma preferência clínica consolidada, mas também a possível consolidação do clonazepam como principal recurso farmacológico no manejo de sintomas como ansiedade e insônia nessa população. Sua ampla utilização pode estar relacionada à sua eficácia terapêutica, perfil farmacocinético e aceitação no contexto clínico, embora também levante questionamentos quanto ao risco de uso prolongado e dependência, especialmente em cenários de alta demanda emocional.

Na sequência, observa-se a presença do alprazolam (14%) e do bromazepam (13%), que, embora em proporções significativamente menores, também representam escolhas relevantes no manejo farmacológico. Ambos são amplamente utilizados no tratamento de transtornos de ansiedade, o que reforça a hipótese de que esse tipo de sofrimento psíquico é prevalente entre os policiais militares.

Outros benzodiazepínicos, como nitrazepam (7%) e cloxazolam (7%), aparecem com frequência intermediária, indicando uma diversificação moderada nas opções terapêuticas. Já o midazolam apresenta uma prevalência reduzida (2%), possivelmente em razão de suas características farmacológicas mais específicas, frequentemente associadas a contextos hospitalares ou de sedação de curta duração.

Por fim, a categoria “outros”, que inclui substâncias como diazepam, flurazepam e clobazam, totaliza 3% das prescrições, demonstrando menor representatividade no conjunto analisado. Ainda assim, sua presença indica que há certa variabilidade nas escolhas terapêuticas, embora concentrada em menor escala.

De modo geral, os dados revelam uma forte centralização do uso em poucos princípios ativos, especialmente no clonazepam, o que pode refletir tanto práticas prescritivas padronizadas quanto limitações na diversificação de abordagens terapêuticas. Esse padrão reforça a necessidade de reflexão crítica sobre o uso racional de benzodiazepínicos, considerando os riscos associados ao uso prolongado, à dependência e aos impactos funcionais, particularmente em uma população submetida a elevados níveis de estresse ocupacional.

2.2.2 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E TOXICOLÓGICO

a) **Gênero e Risco:** Embora os homens representem o maior número absoluto de usuários de benzodiazepínicos, a análise proporcional revela um dado particularmente sensível: a vulnerabilidade feminina apresenta-se significativamente mais elevada. O risco epidemiológico entre mulheres na PM-GO é aproximadamente cinco vezes superior ao observado entre os homens (0,03 vs 0,006), indicando que, proporcionalmente, elas estão mais expostas ao uso desses psicofármacos. Esse achado sugere a necessidade de uma leitura que ultrapasse os números absolutos e considere as especificidades de gênero no contexto ocupacional. Fatores como a sobrecarga emocional, a dupla jornada que articula demandas profissionais e domésticas e possíveis desigualdades institucionais podem contribuir para esse cenário, evidenciando que o sofrimento psíquico feminino, nesse contexto, demanda atenção diferenciada e estratégias de cuidado mais sensíveis e direcionadas.

b) Tempo de Serviço e Burnout: Os dados indicam que o uso de benzodiazepínicos é mais prevalente entre policiais com 21 a 30 anos de serviço, correspondendo a 48% da amostra analisada. A idade média dos usuários, de 47,03 anos, reforça a compreensão de que o consumo dessas substâncias tende a se intensificar no terço final da carreira. Esse período é frequentemente marcado pelo acúmulo de experiências traumáticas, desgaste físico e emocional, além de possíveis frustrações institucionais. Tal configuração é compatível com quadros de esgotamento profissional, sugerindo uma associação direta com a síndrome de Burnout. Nesse sentido, o uso de benzodiazepínicos pode ser interpretado não apenas como uma resposta clínica a sintomas isolados, mas como um indicativo de sofrimento psíquico crônico, construído ao longo de anos de exposição a condições adversas de trabalho.

c) Triagem Toxicológica (2016–2021): A análise das triagens toxicológicas realizadas entre 2016 e 2021 indica que, das 632 amostras examinadas, 28 (4,4%) apresentaram resultado positivo para substâncias de abuso, com destaque para os benzodiazepínicos, identificados em 14 desses casos, superando drogas ilícitas como maconha e cocaína, o que evidencia sua centralidade no padrão de consumo dessa população e aponta para o uso significativo de medicamentos prescritos com potencial de uso problemático. Contudo, o estudo não esclarece os critérios que motivaram a realização dessas triagens — se periódicas, clínicas ou por suspeita —, nem informa o tamanho total da tropa, limitando a interpretação dos dados e a determinação da representatividade das 632 amostras em relação ao efetivo geral.

d) Sazonalidade: Outro aspecto relevante identificado nos dados refere-se ao padrão sazonal de dispensação dos benzodiazepínicos. Observou-se um aumento expressivo no segundo trimestre do ano (abril a junho), período que concentra 39% do volume anual de dispensações. Esse comportamento pode estar relacionado a diferentes fatores, como ciclos administrativos, intensificação de demandas operacionais ou mesmo o acúmulo de fadiga física e emocional ao longo do primeiro semestre. Tal padrão sugere que o uso desses medicamentos não ocorre de maneira aleatória, mas pode estar vinculado a dinâmicas institucionais e temporais específicas, reforçando a importância de estratégias de monitoramento contínuo e intervenções preventivas alinhadas aos períodos de maior vulnerabilidade.

3. DISCUSSÃO

Na presente discussão, buscou-se comparar os achados deste estudo com evidências disponíveis na literatura científica; entretanto, verificou-se uma limitação quanto à quantidade de pesquisas que abordam especificamente a prevalência do uso de substâncias psicoativas, especialmente benzodiazepínicos, no contexto da população policial militar. Foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas relevantes, porém os estudos encontrados, em sua maioria, tratam de forma mais ampla a saúde mental de profissionais de segurança pública, sem detalhar padrões toxicológicos ou o uso específico de substâncias.

A dependência de benzodiazepínicos entre policiais militares do Estado de Goiás não deve ser compreendida apenas sob a ótica de uma condição clínica individual, mas como a expressão de um processo mais amplo, complexo e cumulativo de esgotamento emocional, fortemente associado à síndrome de Burnout. Trata-se de um fenômeno que se constrói ao longo da trajetória profissional, marcado pela exposição contínua a situações de risco, violência e elevada carga de vulnerabilidade. Evidências indicam que uma parcela significativa dos usuários desses fármacos possui mais de duas décadas de serviço ativo, o que reforça a hipótese de um desgaste progressivo dos mecanismos naturais de enfrentamento, resiliência e autorregulação emocional ao longo dos anos. Nesse sentido, o uso de benzodiazepínicos pode ser compreendido como um recurso adaptativo tardio frente a um sofrimento psíquico crônico e, muitas vezes, silencioso.

Inserido nesse cenário, destaca-se a influência do chamado “paradigma do policial herói”, um constructo simbólico e cultural profundamente enraizado na estrutura militar. Esse paradigma sustenta a ideia de um profissional emocionalmente invulnerável, resistente à dor e imune ao sofrimento psíquico, o que impõe barreiras significativas à expressão de fragilidades e à busca por ajuda especializada. A internalização desse modelo contribui para o adiamento ou até mesmo a negação do cuidado em saúde mental, favorecendo a adoção de estratégias individuais e paliativas, como o uso de psicofármacos. Nesse contexto, os benzodiazepínicos,

especialmente o clonazepam, passam a ser utilizados como uma espécie de “armadura química”, capaz de silenciar sintomas de ansiedade e insônia que, institucionalmente, não encontram espaço legítimo de expressão.

No caso das mulheres policiais, essa dinâmica se torna ainda mais complexa. A maior vulnerabilidade observada pode estar relacionada à sobreposição de demandas, uma vez que, além das exigências inerentes à atividade policial, muitas enfrentam a chamada dupla jornada, acumulando responsabilidades domésticas e familiares. Essa sobrecarga contribui para o aumento do desgaste emocional e potencializa o risco de adoecimento psíquico, evidenciando a necessidade de abordagens sensíveis às questões de gênero no planejamento de políticas de saúde ocupacional.

Outro aspecto relevante refere-se à prática da automedicação, identificada como um comportamento recorrente entre policiais militares. Tal prática está associada tanto ao acesso facilitado aos medicamentos quanto à busca por alívio imediato de sintomas como ansiedade, irritabilidade e distúrbios do sono (SCHMIDT et al., 2021). Contudo, o uso de benzodiazepínicos sem acompanhamento profissional adequado configura um importante fator de risco, podendo resultar em dosagens inadequadas, interações medicamentosas, mascaramento de quadros clínicos subjacentes e agravamento do sofrimento psíquico. Além disso, a automedicação contribui significativamente para o desenvolvimento de tolerância e dependência, perpetuando um ciclo de uso contínuo e dificultando a descontinuação do tratamento.

Adicionalmente, os impactos do uso de benzodiazepínicos extrapolam a esfera individual, alcançando diretamente a funcionalidade e a segurança no exercício da atividade policial. Conforme discutido por Brossi et al. (2023), no estudo sobre os efeitos farmacológicos dos benzodiazepínicos e o impacto negativo na memória, esses fármacos atuam no sistema nervoso central promovendo efeitos sedativos e ansiolíticos, porém associados a prejuízos significativos em processos cognitivos, especialmente na memória. Do ponto de vista neuropsicológico, seu uso está relacionado à redução da atenção sustentada, comprometimento da memória operacional, lentificação psicomotora e alterações na capacidade de julgamento e tomada de decisão (BROSSI et al., 2023).

Tais efeitos tornam-se particularmente críticos no contexto da atividade policial, que exige elevado nível de vigilância, respostas rápidas e decisões assertivas em situações de alta complexidade e risco iminente. Dessa forma, o comprometimento das funções cognitivas decorrente do uso de benzodiazepínicos pode impactar diretamente o desempenho operacional, aumentando a probabilidade de falhas, erros de julgamento e riscos à segurança individual e coletiva.

No manejo de armas de fogo, por exemplo, a redução dos reflexos e da coordenação motora fina pode aumentar significativamente o risco de falhas operacionais, disparos acidentais ou hesitação em momentos decisivos. Da mesma forma, na condução de viaturas, a presença de sedação residual e embotamento cognitivo compromete a capacidade de ação imediata, elevando o risco de acidentes, especialmente em situações de emergência. Esses fatores não apenas colocam em risco a integridade física do próprio policial, mas também impactam diretamente a segurança da população.

Outro ponto crítico refere-se ao uso prolongado desses medicamentos, frequentemente superior ao período recomendado de quatro a seis semanas. Essa prática favorece o desenvolvimento de tolerância, levando à necessidade de aumento progressivo das doses para obtenção do mesmo efeito terapêutico, além de elevar significativamente o risco de dependência química. Esse processo compromete a clareza cognitiva, a estabilidade emocional e a prontidão operacional, elementos essenciais para o desempenho eficaz das funções no policiamento ostensivo.

Por fim, evidências laboratoriais e análises toxicológicas indicam a presença de benzodiazepínicos entre policiais militares, corroborando achados clínicos e comportamentais relacionados ao uso de psicotrópicos nessa população (SCHMIDT et al., 2021).

A detecção dessas substâncias em análises objetivas evidencia que o fenômeno não se restringe à percepção subjetiva ou ao autorrelato, mas possui base empírica consistente. Diante disso, torna-se evidente que o uso de benzodiazepínicos nesse contexto transcende o âmbito individual, configurando-se como uma questão relevante de saúde pública, gestão institucional e segurança coletiva.

Assim, a discussão aponta para a necessidade urgente de revisão das práticas institucionais relacionadas à saúde mental, com ênfase na promoção de estratégias preventivas, no fortalecimento do suporte psicológico e na

construção de uma cultura organizacional que legitime o cuidado emocional como parte integrante da atuação profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam um padrão consistente e preocupante de uso de benzodiazepínicos entre policiais militares, marcado por determinantes ocupacionais, de gênero e de tempo de serviço. Embora os homens representem o maior número absoluto de usuários, a análise proporcional revela uma vulnerabilidade significativamente maior entre as mulheres, cujo risco epidemiológico é aproximadamente cinco vezes superior. Esse dado aponta para a necessidade de um olhar mais sensível às especificidades de gênero no contexto da saúde mental policial, especialmente considerando a sobrecarga frequentemente associada à dupla jornada.

Observa-se, ainda, que o consumo desses fármacos se concentra predominantemente entre policiais com 21 a 30 anos de serviço, com idade média de aproximadamente 47 anos, indicando que o uso tende a se intensificar no terço final da carreira. Tal achado reforça a hipótese de associação com o acúmulo progressivo de estressores ocupacionais e o esgotamento emocional característico de quadros de Burnout. Ademais, os dados de triagem toxicológica demonstram que, embora a prevalência geral de substâncias de abuso seja relativamente baixa, os benzodiazepínicos se destacam como as substâncias mais detectadas entre os casos positivos, superando inclusive drogas ilícitas, o que evidencia sua centralidade como estratégia de enfrentamento do sofrimento psíquico nessa população.

Outro aspecto relevante refere-se à identificação de um padrão sazonal no consumo, com maior concentração de dispensações no segundo trimestre do ano, o que pode estar relacionado a ciclos administrativos, sobrecarga acumulada ou demandas operacionais específicas do período. Esse comportamento reforça a necessidade de monitoramento contínuo e estratégias preventivas ajustadas às dinâmicas institucionais.

Entretanto, é importante destacar que este estudo apresenta limitações, uma vez que se baseia em apenas duas fontes de dados, o que restringe a amplitude das análises e a generalização dos resultados. Nesse sentido, recomenda-se a realização de pesquisas de campo, com amostras ampliadas e representativas de diferentes estados brasileiros, a fim de aprofundar a compreensão do fenômeno e subsidiar intervenções mais eficazes.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas institucionais que ultrapassem o controle restritivo de prescrições, incorporando ações estruturadas de promoção da saúde mental, suporte psicológico contínuo e monitoramento preventivo. Igualmente, é fundamental promover a desconstrução da cultura de invulnerabilidade ainda presente no contexto militar, favorecendo a busca por cuidado e reduzindo o estigma associado ao sofrimento psíquico. Assim, garantir condições adequadas de saúde mental aos policiais não apenas contribui para o bem-estar desses profissionais, mas também constitui um elemento essencial para a qualidade e a segurança dos serviços prestados à sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K. P. C. Ética em pesquisa no sistema CEP-CONEP brasileiro: reflexões necessárias. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 1033–1040, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n3/1033-1040/>. Acesso em: 12 mar 2026.
- AMORIM NETO, P. D. de. Relação entre o uso de substâncias e a atividade laboral dos policiais militares. 2019. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36903?mode=full>. Acesso em 11 mar 2026.
- BROSSI, L. et al. Compreendendo os efeitos farmacológicos dos benzodiazepínicos e o impacto negativo na memória. *Revista Brasileira de Ciências Biomédicas*, 2023. Disponível em: <https://rbcbm.com.br/journal/index.php/rbcm/article/view/75/53>. Acesso em 14 mar 2026.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2010.
- LAUREANO, F.R.C (2015). Uso de psicotrópicos em policiais militares. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás. Disponível em <https://waldemarnavesdoamaral.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Uso-de-psicotro%CC%81picos-em-Policiais-Militares-Fernanda-Rocha-Couto-Laureano.pdf> . Acesso em 28 de fevereiro de 2026.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MINAYO, M. C. S., and SOUZA, E. R., eds. Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, 284 p. Disponível em <https://books.scielo.org/id/3www26/pdf/minayo-9786557081150.pdf> . Acesso em 10 de abr de 2026.
- SILVA SCHMIDT, G. L., Faria, R. A., & Sousa, R. (2021). Prevalência do uso de drogas de abuso em policiais militares do Estado de Goiás: uma análise toxicológica. *Revista Brasileira Multidisciplinar de Ciências*. Disponível em <https://rbmc.org.br/rbmc/article/view/112>. Acesso 12 de mar de 2026.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, o(a) autor(a) — ou nós, os(as) autores(as) — do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado USO DE BENZODIAZEPÍNICOS ENTRE POLICIAIS MILITARES: PADRÕES DE PRESCRIÇÃO, AUTOMEDICAÇÃO E RISCOS FUNCIONAIS,, apresentado no âmbito da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), declaro(amos), para os devidos fins, que:

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas (ou não foram utilizadas) ferramentas de Inteligência Artificial, conforme descrito a seguir:

- Ferramenta(s) utilizada(s):
[informar o nome da(s) ferramenta(s) ou indicar “não se aplica”]
- Finalidade(s) do uso (assinalar as opções aplicáveis):
 - ✓ Revisão de linguagem (gramática, ortografia, clareza e estilo)
 - ✓ Tradução de trechos do texto
 - ✓ Geração de rascunhos ou sugestões de texto, posteriormente revisadas pelos(as) autores(as)
 - ✓ Organização ou estruturação do texto
 - ✓ Apoio à análise inicial de dados
 - ✓ Visualização de dados, gráficos ou imagens
 - ✓ Sugestões metodológicas ou conceituaisOutros (especificar): _____

Declaro que a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente como apoio, não substituindo a autoria intelectual humana. Todo o planejamento, a supervisão, a validação das informações, a interpretação dos dados e a redação final do trabalho são de inteira responsabilidade da autora.

Declaro ainda, que o uso dessas ferramentas respeitou os princípios éticos da pesquisa acadêmica, não envolvendo práticas como plágio, fabricação ou manipulação de dados, nem qualquer procedimento que comprometa a integridade científica do trabalho.

Estou ciente de que a omissão ou a prestação de informações incorretas poderá implicar as providências acadêmicas cabíveis, conforme as normas institucionais vigentes.

Janete da Silva Brito

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026